



TRAJETÓRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: ENTRE RETROCESSOS E CONQUISTAS

Suelene Lopes Ferreira¹; Naedja Pereira Barroso²; Marlon Tardelly Morais Cavalcante³

1 Especialista em Auditoria em Saúde pela Faculdades Integradas de Patos – FIP e Psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de São João do Rio do Peixe – PB, e-mail: suelene02@hotmail.com

2 Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Professora da Faculdade Santa Maria – FSM, e-mail: naedjab@hotmail.com

3 Orientador Social e Mestrando do Programa de pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/ CCT, e-mail: marlontardelly@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho apresentamos discussões sobre uma breve trajetória da Política Nacional de Educação – PNE, destacando contextos de conquistas e desafios. Compreende-se que a trajetória recente da educação no Brasil tem evidenciado lutas para se estabelecer o direito universal à educação em todos os níveis. Ao reportar a educação na sua historicidade percebe que no início a educação era possibilitada pela burguesia. Destaca-se que a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), promulgada em um contexto de grandes mobilizações sociais no país, percebeu-se também as mobilizações em prol da educação, ou seja, universalizar o ensino e erradicar o analfabetismo. Entende-se que os movimentos sociais a favor da educação da década de 1980, demarcaram conquistas relevantes para a política educacional nos anos 1990, entre os quais a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) dispõe sobre o direito à educação, no artigo 2º, que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). A partir de então o retrato da educação no Brasil começa a ser desenhado com outras ideologias, destacando a defesa do acesso igualitário à educação. No que se refere ao estudo, o mesmo é de cunho bibliográfico, desenvolvido com base no método indutivo, partindo da abordagem geral para a específica. A contribuição desse trabalho centra-se na possibilidade de destacar discussões sobre a temática, para que assim contribua para a ampliação de reflexões. A pesquisa bibliográfica ocorreu entre os meses de Abril a Junho de 2016. Em suma, foi possível observar que, a Política Nacional de Educação tem sido alvo de relevantes transformações nos últimos anos, a exemplo do relevante acesso universal à educação. Importante também destacar que a Educação enfrenta desafios, é certo que existem ainda muitos obstáculos para se concretizar de forma plena o acesso a educação, assim como também a educação de qualidade. O direito universal de acesso à educação deve ser considerado um tema constante de discussão nos vários espaços de fomento.

Palavras-chave: Política Nacional de Educação; Cidadania; Desafios; Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação no Brasil apresenta uma trajetória de luta e entraves, assim como também de conquistas. A ampliação do acesso vem sendo marcada por possibilidades mínimas no cenário brasileiro.



Na trajetória afirma-se que a Constituição Federal de 1988 (CF/88), representou a possibilidade legal de universalizar o acesso à educação. Todo processo de luta é marcado por intensas mobilizações e movimentos sociais. E no contexto da educação assiste-se mobilizações em prol da educação para todos e de qualidade. O cenário dos anos de 1980 proporcionou grandes avanços para a política educacional e nos anos de 1990 foi criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

A LDBEN destaca de forma completa no artigo 2º, que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Dispõe ainda que a educação deverá seguir os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na escola; liberdade para pesquisa, aprendizado, ensino e divulgação da cultura; pluralismo de ideias; coexistência de instituições de ensino públicas e privadas; gratuidade do ensino público oferecido em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação que atua na escola; valorização da experiência extra-escolar; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade; vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais (BRASIL, 1996).

Entende-se que a política de educação representa a solução para reduzir amplamente as consequências das desigualdades sociais. Constitui um importante instrumento para a ampliação das medidas voltadas ao acesso e inclusão de estudantes.

Além disso, a relevância em priorizar o referido tema para o estudo justifica-se pela necessidade de uma leitura científica mais aprofundada acerca de como vem sendo desenvolvido a Política Nacional de Educação. Dessa forma, busca-se desenvolver reflexões sobre a educação, vislumbrando a educação como instrumento emancipatório que efetivamente deve representar, essencial ao exercício da cidadania e assegurado à todos como direito, mas tendo em vista que o neoliberalismo interfere de maneira decisiva na efetivação desse direito.

METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, esse trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas, por meio de consultas realizadas a artigos relevantes com a temática envolvendo diversos autores acerca da temática em tela. Foi utilizado a construção das discussões pautados na discussão crítica, com base do método crítico dialético.



As buscas nas bases de dados foram realizadas nos meses de Abril a Junho de 2016. A etapa seguinte compreendeu a leitura e análise do material pesquisado.

De acordo com Marconi e Lakatos (2006), o conceito de metodologia, que pode ser definida como um conjunto de regras para se tentar solucionar um problema, e que no método científico as regras são gerais, passíveis de erros e necessitam da imaginação e intuição do pesquisado. Ou seja, a metodologia é considerada um fio condutor para a realização da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Afirma-se que as políticas sociais no Brasil estão intrinsecamente relacionadas ao contexto econômico, político e social do país nos diferentes trajetórias históricas. E diante desse contexto encontra-se a política de educação, enquanto construção situada no campo das políticas sociais.

De acordo com Alves (2009), sabe-se que na história tivemos a ideologia dos jesuítas que tinha como proposta a fundação de escolas com o objetivo de ensinar a ler, escrever e contar. A prioridade eram escolas secundárias, que atuavam com grau de ensino organizado em redes de colégio de reconhecida qualidade, chegando até mesmo a oferecer modalidades de estudos semelhantes ao nível superior atual

Ainda de acordo com o autor, no período entre 1835 e 1846, foram criadas as primeiras escolas normais com duração de até dois anos, na Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo buscando preparar de maneira emergencial os professores para atender à demanda. Nesse contexto ocorria a negação de matrículas de crianças negras, escravos e pretos no Colégio de Artes Mecânicas do Rio Grande do Sul, ainda que fossem libertos. Observa-se o processo de exclusão do acesso a educação.

Somente a partir de 1920 observou-se certa oposição entre a escola pública e a escola privada, o ensino leigo, que consistia de ensino ministrado em oposição ao ensino religioso, que não enfatiza valores e crenças de uma determinada religião e o ensino confessional, bem como o saber literário e o saber útil, em razão do conflito ideológico entre as tendências humanista e tecnicista.

No cenário dos anos de 1940, foi fundada a Universidade Católica, por meio da fusão da Faculdade Paulista de Direito e da Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento, recebendo no ano



seguinte o título de Pontifícia, tornando-se assim a Pontifícia Universidade Católica (PUC), a primeira Universidade de orientação católica no país.

No período da ditadura militar, instalada no país a partir de 1964, as formas de participação da sociedade civil foram realinhadas, controladas de acordo com os objetivos do regime, e, a educação foi marcada por forte repressão. As reformas estruturais reivindicadas pela população obviamente colidiram com os interesses da ditadura e diversas formas de organização e resistência foram duramente reprimidas. Tentando demonstrar preocupação com a educação, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL, que não prosperou porque tratava-se, na verdade, de um projeto de dissimulação política (ARANHA, 2005).

Somente com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), foi notório observar o compromisso e as inovações no sentido de universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo. No contexto dos anos de 1990, ocorreu diversos avanços para a política educacional, destaca-se a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) dispõe sobre o direito à educação, no artigo 2º, que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Dispõe ainda que a educação deverá seguir os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na escola; liberdade para pesquisa, aprendizado, ensino e divulgação da cultura; pluralismo de ideias; coexistência de instituições de ensino públicas e privadas; gratuidade do ensino público oferecido em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação que atua na escola; valorização da experiência extra-escolar; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade; vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais (BRASIL, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, destacou-se que a educação tem sido alvo de importantes transformações nos últimos anos. Porém, a política de educação ainda vivencia grandes entraves e não tem se mostrado efetiva e universal, uma vez que a operacionalização da política passa por



desafios, comprometendo a educação de qualidade. As instituições os benefícios são limitados e insuficientes para atender à demanda.

Quanto aos desafios, é certo que existem ainda muitos obstáculos que impendem a concreticidade da política de educação no Brasil. É preciso criar estratégias que contribuam para estender o direito à educação à toda a população.

Frente a essas considerações, cabe concluir que, diante dos desafios, incumbe aos representantes, gestores e sociedade civil contribuir para aprimorar a política de educação, buscando efetivar a democratização e universalização do acesso ao ensino, através da oferta de meios suficientes para proporcionar o acesso universal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, W. L. U. A história da educação no Brasil: da descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) – **Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium**, Lins (SP), 2009.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2016

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN). 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.